

GILBERTO PASSOS DE FREITAS
MARIA LUIZA MACHADO GRANZIERA
COORDENADORES

SOBRE A EFETIVIDADE DA
TUTELA AMBIENTAL

AUTORES

ANA CLAUDIA RIBEIRO CARDOSO DA SILVA
CARLOS ALBERTO CARMELLO JUNIOR
FÁBIO FRANCISCO TABORDA
FERNANDO REI
FLÁVIO DE MIRANDA RIBEIRO
GABRIELA SOLDANO GARCEZ
GILBERTO PASSOS DE FREITAS
JORGE VICTOR CUNHA BARRETTO DA SILVA
MARIA LUIZA MACHADO GRANZIERA
OCTAVIO AUGUSTO MACHADO DE SÁ
RODRIGO BARBOSA SALES

CAMPINAS/SP



2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sobre a efetividade da tutela ambiental /
Gilberto Passos de Freitas, Maria Luiza Machado
Granziera, coordenadores. -- 1. ed. -- Campinas, SP :
Millennium Editora, 2014.

Vários autores
Bibliografia
ISBN 978-85-7325-304-4

1. Direito ambiental 2. Meio ambiente --
Leis e legislação I. Título.

14-05342

CDD – 34:502.7

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Direito ambiental – 34:502.7

© Copyright by *Gilberto Passos de Freitas e Maria Luiza M. Granziera*
© Copyright by *Millennium Editora Ltda.*

Conselho Editorial

Coordenador: *Alencar Frederico*

Membros: *Ana Alice De Carli, Nilton César Flores,*
Paulo Affonso Leme Machado, Vladimir Passos de Freitas

Supervisão de Editoração
Alcibiades Godoy

Capa
MGDesign

Editoração e Capa
Elaine Oliveira

Revisão
Fabrina Botega Gaspar

Todos os direitos desta publicação reservados:

Millennium Editora Ltda.®
Av. Senador Antônio Lacerda Franco, 1.381
Jd. do Lago – 13050-030 – Campinas-SP
PABX/FAX: (19) 3229-5588
www.millenniumeditora.com.br
E-mail: editora@millenniumeditora.com.br

Sumário

Capítulo I – A Implementação do Direito à Informação Ambiental – O Risco de uma Sociedade Desinformada1

GABRIELA SOLDANO GARCEZ

MARIA LUIZA MACHADO GRANZIERA

Resumo	1
1. Introdução	1
2. Meio Ambiente	3
2.1. Considerações Iniciais	3
2.2. Direito Fundamental ao Meio Ambiente	4
2.3. Participação Social	4
2.4. Princípio da Informação	5
2.5. Dever do Estado em Informar	6
2.6. Princípio da Publicidade	7
3. Da Informação Ambiental	9
3.1. Tutela Internacional do Acesso a Informação Ambiental	10
3.2. O Acesso à Informação Ambiental no Brasil	12
3.3. Importância da Informação Pública Ambiental O risco de uma Sociedade Desenformada	14
3.4. Mecanismos de participação social a partir da informação ambiental	15
4. Conclusões	17
5. Referências Bibliográficas	17

Capítulo II – Limites do Controle Corretivo como Instrumento de Regulação Ambiental..... 19

FERNANDO REI

FLÁVIO DE MIRANDA RIBEIRO

1. Introdução ao tema	19
1.1. O contexto do modelo de comando e controle após Estocolmo.....	21
2. A Relevância do Controle Corretivo na Regulação Ambiental	23
2.1. O Modelo de Estruturação dos Órgãos Ambientais	24
2.2. Resultados (e benefícios) Proporcionados pelo Modelo.....	26
2.3. Caso do Programa de Recuperação de Cubatão pela CETESB.....	27
3. Os limites da abordagem corretiva diante dos novos desafios	30
3.1. Limites na Eficácia dos Objetivos.....	31
3.1.1. O imperativo da adequação	31

3.1.2. O foco no “fim de tubo”	32
3.1.3. Visão compartimentada dos problemas ambientais	33
3.1.4. Restrições à mera adequação legal	33
3.1.5. Desprezo pelas inovações tecnológicas e de gestão	34
3.1.6. Foco no desempenho ambiental	34
3.1.7. A limitação do imperativo da adequação na regulação ambiental brasileira	35
3.2. Limites na Efetividade das Soluções	35
3.2.1. Fontes móveis e difusas	36
3.2.2. A escassez dos recursos naturais	36
3.2.3. Problemas ambientais globais	37
3.3. Limites na Eficiência Econômica	37
3.3.1. Custos de abatimento	38
3.3.2. Variabilidade dos custos de abatimento	39
3.3.3. Aumento exponencial nos custos de abatimento	40
3.3.4. Custo de desperdício	40
3.3.5. Custos administrativos de adequação	41
3.3.6. Custos administrativos ao Estado	41
3.4. Limites na Governança Social	42
3.4.1. O modelo foca o conflito, e não fomenta a colaboração	42
3.4.2. A perspectiva regulatória de instrumentos mais modernos	44
4. Considerações Finais	44
5. Referências Bibliográficas	45

Capítulo III – A Tutela Jurídica Ambiental por Intermédio dos Compromissos de Ajustamento de Conduta: Aspectos delicados sobre a efetividade deste instrumento para a proteção dos recursos naturais	49
---	----

JORGE VICTOR CUNHA BARRETTO DA SILVA

1. Introdução	49
2. A Efetividade das Normas Ambientais e os Compromissos de Ajustamento de Conduta	50
3. O Equilíbrio Ecológico e o Compromisso de Ajustamento da Conduta Ambiental	57
3.1. Introdução	57
3.2. Aspectos Gerais sobre o Compromisso de Ajustamento de Conduta	59
3.3. Aspectos Positivos do Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental	62
4. Óbices para a Otimização da Efetividade do Compromisso de Ajuste Ambiental	64
4.1. Introdução	64
4.2. A ausência de <i>transparente</i> divisão de atribuições, diálogo e controle entre os órgãos colegitimados para a assinatura do Compromisso de Ajuste de Conduta Ambiental	65

4.3. A Ausência da Fiscalização e Execução da Avença após a sua Lavratura	68
4.4. O Desinteresse do Infrator em Celebrar o Compromisso de Ajuste	71
5. Conclusões	72
6. Referências Bibliográficas	74

Capítulo IV – Políticas Públicas Ambientais e Tutela Jurisdicional Coletiva: breves reflexões 77

CARLOS ALBERTO CARMELLO JUNIOR

1. Introdução	77
2. Políticas Públicas	78
3. O Meio Ambiente como Valor Constitucional	79
4. Discricionariedade	81
5. Políticas Públicas, Princípios Constitucionais, Interesses Difusos.	81
6. Revisitando Alguns Institutos Processuais.	84
6.1. Legitimação para a Causa.	84
6.2. Limites Objetivos da Demanda	88
6.3. A Prova na Lide Ambiental	89
6.3.1. Ônus da prova	89
6.3.2. Orçamento e ação civil pública	91
7. Conclusão	92
8. Referências Bibliográficas	93

Capítulo V – As Provas no Processo Penal Brasileiro 95

GILBERTO PASSOS DE FREITAS

OCTAVIO AUGUSTO MACHADO DE SÁ

1. Generalidades	95
2. Da Prova	96
3. Ônus da Prova.	97
4. Da Iniciativa Probatória do Juiz.	98
5. Das Provas Ilícitas	99
5.1. Das Provas Ilícitas por Derivação	99
6. Da Prova Pericial	100
6.1. Exame de Corpo de Delito	101
6.2. Exame de Corpo de Delito Indireto	102
6.3. Perícia Complexa	103
6.4. Da Quantificação do Dano Ambiental	104
7. Confissão.	105
8. Prova Testemunhal	106
9. Prova Indiciária.	106
10. Busca e Apreensão	107
11. Inspeção judicial	108
12. Prova emprestada	109

13. Outras Provas	109
14. Conclusões Articuladas	111
15. Referências Bibliográficas	111

Capítulo VI – Os Problemas da Execução como um Instrumento do Direito Ambiental no Estado Brasileiro..... 113

ANA CLAUDIA RIBEIRO CARDOSO DA SILVA

1. Introdução	113
2. O processo como Instrumento do Estado	114
3. O Direito Processual Ambiental	116
4. A Execução Processual	120
4.1. A Fase de Execução	121
4.2. O Processo de Execução	121
5. Os Problemas da Execução como Instrumentos do Direito Ambiental	123
6. Conclusão	126
7. Referências Bibliográficas	127

Capítulo VII – Reflexões sobre a Prova Pericial nas Ações Cíveis Públicas Ambientais

FÁBIO FRANCISCO TABORDA

RODRIGO BARBOSA SALES

1. Introdução	129
2. O Problema da Distribuição do Ônus da Prova entre os Sujeitos Processuais da Ação Cível Pública	130
3. Os Fundamentos do Entendimento Atual do Colendo Superior Tribunal de Justiça sobre a Matéria	132
3.1. A Teoria das Cargas Processuais Dinâmicas	132
3.2. O Princípio da Precaução	134
3.3. A Aplicação Conjugada dos Artigos 6º, Inciso VIII, da Lei nº 8.078/90 e 21 da Lei nº 7.347/85	135
4. Uma Visão crítica da Orientação atualmente seguida pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça	136
5. Uma Alternativa capaz de Solucionar o Problema e dar Efetividade à defesa do Meio Ambiente sem prejuízo da ampla Defesa e do devido Processo Legal	138
6. Referências Bibliográficas	139